

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Unimed Odonto S.A. encerrou o ano de 2016 com R\$ 61,4 milhões em prêmios emitidos líquidos, apresentando um crescimento de 19,8% em relação ao ano anterior.



Os sinistros retidos totalizaram R\$ 32,3 milhões. A sinistralidade do exercício ficou em 54,9%, acima do índice de 50,7% registrada em 2015. O resultado financeiro alcançou R\$ 2,5 milhões, contra R\$ 2,2 milhões de 2015.

As despesas administrativas e despesas operacionais aumentaram 1,6% totalizando R\$ 26,3 milhões, contra R\$ 25,9 em 2015. O valor de amortização pela aquisição de carteiras de clientes corresponde a R\$5,2 milhões em 2016 e R\$ 6,3 milhões em 2015. A alta sinistralidade influenciou sensivelmente o resultado do exercício, que foi negativo em R\$ 7,6 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 31,6 milhões ao final de 2016, o que representou um decréscimo de 12,37% em relação ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS - R\$ MM



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	2016	2015
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de plano de assistência odontológica	58.721	48.890
Recargas com operações de assistência odontológica	61.411	51.257
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	18.a	51.257
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	18.b	(2.690)
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	18.c	(32.256)
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(31.167)	(24.364)
Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados	(1.089)	(403)
Resultado das operações com planos de assistência odontológica	26.465	24.074
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	18.e	263
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	18.e	(3.320)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica	(1.780)	(2.081)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.540)	(1.256)
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora	18.e	(103)
Resultado bruto	23.205	20.772
Despesas de comercialização	18.d	(9.780)
Despesas administrativas	18.f	(23.288)
Resultado financeiro líquido	18.g	2.547
Recargas financeiras	2.613	2.426
Despesas financeiras	(66)	(180)
Resultado antes dos impostos e participações	(7.216)	(8.498)
Impostos diferidos	(232)	122
Participações no resultado	(121)	(28)
Resultado líquido	(7.569)	(8.404)
Quantidade de ações	16.a	40.000,00
Prejuízo por ação (lote de mil ações)	(0,19)	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Prejuízo líquido do exercício	(7.569)	(8.404)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	(4)
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	–	(7)
Tributos diferidos sobre os ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	–	3
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	(7.569)	(8.408)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Recebimento de planos odontológicos	59.639	51.211
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços odontológicos	(30.682)	(24.182)
Pagamento de comissões	(8.514)	(4.824)
Pagamento de pessoal	(9.258)	(8.213)
Pagamento de serviços terceiros	(3.177)	(3.083)
Pagamento de tributos	(2.279)	(4.703)
Pagamento de promoção/publicidade	(533)	(781)
Juros de aplicações financeiras	1.224	497
Resgate de aplicações financeiras	47.389	40.191
Aplicações financeiras	(47.645)	(40.899)
Outros pagamentos operacionais	(4.870)	(2.615)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	1.294	2.599
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros (Nota 10)	(13)	(1.044)
Outros pagamentos das atividades de investimento (aquisição de carteiras)	(1.450)	(1.450)
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.463)	(2.494)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(169)	105
Caixa - no início do exercício	304	199
Caixa - no final do exercício	135	304
Ativos livres no início do exercício	6.390	7.718
Ativos livres no final do exercício	6.175	6.390
Aumento/(Diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	215	1.328

A reconciliação do lucro está apresentada na nota 20. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Ativo		
Circulante	17.803	11.020
Disponível	17.135	304
Realizável	668	10.716
Aplicações financeiras	5	12.504
- Aplicações garantidoras de provisões técnicas	6.329	5.977
- Aplicações livres	6.175	5.977
Crédito de operações com planos de assistência odontológica	2.659	1.469
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	6	2.596
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica	63	5
Despesas diferidas	7	733
Créditos tributários e previdenciários	8	722
Bens e títulos a receber	9	1.049
Despesas antecipadas		
Não circulante	13.361	24.543
Realizável a longo prazo	4.149	9.083
Aplicações financeiras	5	4.035
- Aplicações garantidoras de provisões técnicas	4.035	9.170
- Aplicações livres	–	413
Créditos tributários e previdenciários	8	105
Depósitos judiciais e fiscais	9	10
Imobilizado	10	114
Imobilizado de uso próprio	–	114
Não hospitalares/odontológicos	–	114
Intangível	10	9.098
Total do ativo	31.164	35.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Capital social	38.134	
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–
Prejuízo do exercício	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.134	
Prejuízo do exercício	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	38.134	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Odonto S.A. (doravante denominada por "Operadora"), é uma operadora de planos odontológicos que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operadoras. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora e sua controladora, Unimed Seguros Saúde S.A., são controladas indireta e direta, respectivamente, da Unimed Seguradora S.A., cujo controle final pertence à Unimed Participações Ltda. A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Operadora possui registro na ANS sob nº 41680-1.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretções emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013, nº 344 de 02 de dezembro de 2013 e nº 390 de 02 de dezembro de 2015. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em 22 de fevereiro de 2017, a base para a preparação. A preparação das demonstrações financeiras presuppõe a continuidade dos negócios, os custos normais e não depreciados, a consideração do custo histórico como base de valor, com exceção dos ativos financeiros classificados para negociação e disponível para venda, que são mensurados pelo valor justo. As provisões técnicas estão mensuradas de acordo com as determinações da ANS, b) *Moeda funcional*: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) *Utilização de estimativas e julgamento*: A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - ativos financeiros (aplicações); • Nota 6 (d) - Provisão para perdas sobre créditos; • Nota 11 - movimentação das provisões técnicas; • Nota 15 - provisões judiciais; • d) *Normas alteradas*: interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora; ii) *IFRS 9 - Instrumentos Financeiros*: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Operadora, não causando, no entanto, nenhum impacto relevante sobre os valores atualmente registrados. iii) *IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers*: A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabeleceu um novo modelo consistente de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou permitida é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida aplicação antecipada, em análise no Brasil. A Operadora está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15, porém não há impactos nos critérios de reconhecimento de receita de contratos de seguros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. a) *Disponibilidade*: O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco conta movimento e valores em trânsito. b) *Aplicações financeiras*: Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. i) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*: Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gere lucro nas investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimento. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*: Como está existindo e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados pelo valor de custo menos os rendimentos auferidos no período e a diferença é reconhecida na demonstração de lucros e perdas. iii) *Ativos financeiros disponíveis para venda*: Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não foram classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdidas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas dentro do patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. iv) *Emprestimos e recebíveis*: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "Contraprestações a receber". v) *Determinação do valor justo*: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ABIMA. Os títulos de renda fixa tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela BMSFBÓVESP S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os certificados de depósitos bancários e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BMSFBÓVESP S.A. - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. O *Provisão para riscos de crédito*: Constituída com base na totalidade das parcelas devido por beneficiários que tenham pelo menos uma parcela em atraso, considerando as contraprestações vencidas há mais de 30 dias. d) *Ativo imobilizado de uso próprio*: Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor de custo do imobilizado e os reconhecidos previamente dentro do grupo de resultados e futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado e refletidos em uma conta de provisão de perdas. Metodologia linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: • Bens móveis: de dois a cinco anos; e • Outros: cinco a dez anos. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado são revisados anualmente. A Operadora reviu o estudo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e não detectou alterações nos prazos estabelecidos. e) *Ativos intangíveis*: Os custos associados a manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuídos ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Operadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e exerce internos alocados no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes. Os custos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada e avaliados para impairment em cinco e até o momento a partir da data em que o sistema entre em operação. Os custos com aquisição de carteiras são amortizados a partir da data em que o sistema entre em operação. A amortização é realizada pelo prazo máximo de cinco anos, levando-se em consideração o número de beneficiários da carteira desde a aquisição. Mensalmente é realizado o acompanhamento do número de beneficiários e todas as exclusões no número de beneficiários da carteira adquirida é ajustado proporcionalmente ao saldo residual, ajustando a amortização do período. f) *Despesas de comercialização diferidas*: As comissões e os agenciamentos são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidos no saldo da conta "Despesas diferidas". g) *Análise da recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros ("impairment test")*: Ativos financeiros não avaliados pelo valor justo: A cada data de balanço é avaliada se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo estejam deturpados. Os ativos financeiros são avaliados de acordo com evidências objetivas demonstram que ocorreu a perda após o reconhecimento inicial do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas. Consideradas não recuperáveis são consideradas tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deturpados são avaliados coletivamente para detectar qualquer perda de recuperabilidade individual, porém, não são identificadas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar a perda de recuperabilidade agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares. ii) *Ativos não financeiros*: Os ativos não financeiros que não apresentem vida útil definida não são amortizados e são testados por impairment anualmente. Ativos sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por impairment quando ocorrerem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável é definido no CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos,

emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). h) *Provisões técnicas*: As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuárias e determinações contidas nas normas da ANS. • A provisão para prêmios não ganhos é constituída com base nas contraprestações apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata die" do período de cobertura individual de cada contrato em pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura. • A provisão de eventos/sinistros a liquidar é constituída pelo valor a pagar cobrado pelo prestador ou beneficiário, com base nos documentos recebidos à data do balanço. O valor contabilizado na rubrica "Recuperação de sinistros" corresponde às gressas e participação. • A A provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é calculada conforme Resolução Normativa nº 393 de 09 de dezembro de 2015, conforme descrito no artigo 11º da seção II, subseção II, itens (b) e (c). • A provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é calculada conforme Resolução Normativa nº 393 de 09 de dezembro de 2015, conforme descrito no artigo 11º da seção II, subseção II, itens (b) e (c). Benefícios aos empregados: i) *Obrigações de curto prazo a empregados*: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os termos mais benéficos em dinheiro ou partição nos lucros de curto prazo se a Operadora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ii) *Provisões judiciais, ativas e passivos contingentes*: A Operadora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Operadora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza civil não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista e sua probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantia de realização e o benefício judicial for definitivo, sobre as quais não cabam mais recursos. Caracterizado o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são também divulgados nas demonstrações financeiras. c) *Política de reconhecimento de receita*: i) Reconhecimento de contraprestação emitida de contratos de planos odontológicos - as receitas de contraprestações dos contratos de planos odontológicos são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco dos respectivos contratos. ii) *Receita de juros* - as receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Operadora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. i) *Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio*: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária. m) *Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido*: A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de imposto decretadas ou substituídas por decisões decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido quando há diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são demonstrados caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais futuros, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidação dos impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registrados quando é provável que os lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. n) *Lucro (prejuízo) líquido por ação*: O lucro ou prejuízo por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas no fechamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Unimed Odonto S.A. segue a política de gestão de riscos de sua controladora indireta Unimed Seguradora S.A. O processo de Gerenciamento de Riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, aplicando o estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conjuga de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na sua capacitação. Esta nota tem por finalidade apresentar as informações sobre a exposição aos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Substituição, bem como os respectivos mecanismos de mensuração e gerenciamento destes, permitindo sua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação. a) *Risco de substituição de operação*: Provisão de sinistros: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de planos odontológicos, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuária internacional. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Operadora possui os seguintes procedimentos: *Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões* - neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição de provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente. *Cálculo das provisões técnicas* - periodicamente são realizados cálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente. *Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas* - mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário), mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. b) *Risco de mercado*: Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira: *Risco de oscilação de preços*: Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros de câmbio, índices e derivativos. i) *Gerenciamento do risco de mercado*: As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: Para o controle de risco de mercado, a Operadora utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de VaR (Value-at-Risk). Neste sentido, partes das aplicações financeiras são alocadas em fundos de investimento abertos e, para estes casos, são realizadas análises através do acompanhamento constante junto aos gestores, os quais utilizam modelos como o VaR e ferramentas de avaliação de risco das carteiras destes fundos. Não obstante, contamos com o suporte de consultoria externa para avaliação de risco de mercado. ii) *Resultados do teste de sensibilidade*: Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: Taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IPC). Para os títulos classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pagados. No caso dos títulos classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos. Impacto sobre lucro e patrimônio líquido, líquido dos impostos.

	Taxa de Juros	
	1%	-1%
Classe de ativo		
Títulos pós fixados		
Disponível para venda	9.081	90 (90)
Aviados a valor justo	7.459	75 (75)
Impacto no patrimônio líquido	165 (165)	165 (165)
Impacto líquido de impostos PL	74 (74)	74 (74)

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPC), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil imediata caso as curvas de juros usadas no apuramento desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (independentemente do vencimento). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos títulos "Disponíveis para venda" integrantes da carteira de investimentos da Operadora. No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerouse o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses. iii) *Limitações da análise de sensibilidade*: O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco contábil que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstos com qualquer certeza

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

11. MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de Prêmio/ Contraprestação	Provisão de Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisado (PEONA)	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL)	Total
	Não Ganha (PPCNG)	Não Avisado (PEONA)	a Liquidar (PESL)	
Saldo no início do exercício	283	4.789	1.428	6.500
Constituição	3.275	1.117	33.541	37.933
Reversão	(3.279)	(28)	(2.254)	(5.561)
Pagamentos	-	-	(30.498)	(30.498)
Saldo no final do exercício	279	5.878	2.217	8.374

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

São registrados nesta rubrica os valores referentes aos recebimentos antecipados de prêmios com vigência futura e as comissões de vendas por angariação de planos de assistência odontológica a pagar que totalizaram R\$1.969 no exercício de 2016 (R\$505 em 2015).

13. TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

	2016	2015
Impostos Sobre Serviços (ISS)	118	86
Contribuições previdenciárias	199	178
Impostos e contribuições retidos na fonte	168	133
Demais tributos e encargos a recolher	204	167
Subtotal	689	564
Imposto de renda	-	67
Contribuição social	-	40
Demais tributos e encargos a recolher	1	-
Subtotal	1	107
Total	690	671

14. DÉBITOS DIVERSOS

	2016	2015
Obrigações com pessoal	492	639
Fornecedores	184	154
Depósitos de terceiros	597	891
Despesas compartilhadas	494	340
Outros	14	50
Total	1.781	2.074

15. PROVISÕES JUDICIAIS

Natureza	Provisão para contingências						Depósitos judiciais		
	Saldo em 31/12/2015	Princípios	Atualizações	Reversões	Honorários	Outros	Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
1 - Trabalhista	19	2	-	-	-	-	21	9	-
2 - Contingências civis	39	176	(27)	14	(13)	(4)	(61)	124	-
Total	39	195	(27)	16	(13)	(4)	(61)	145	10

1. *Trabalhista:* A Operadora responde a processos de natureza trabalhista, em diversas fases de tramitação. A classificação de perda é *provável* no montante de R\$ 21, e responde por um caso em que a probabilidade de perda é considerada *remota* e o valor do risco é de R\$ 93. 2. *Contingências civis:* A Operadora responde a processos de natureza cível e de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda é considerada *provável*. O montante provisionado é de R\$ 124 em 2016 (R\$39 em 2015). Os casos em que a probabilidade de perda é considerada *possível* o montante provisionado é de R\$ 19, e responde por três casos em que a probabilidade de perda é considerada *remota* e o valor do risco é de R\$ 36.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) *Capital social:* O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$38.134 composto por 40.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. b) *Resultado do exercício:* A Operadora apresentou um prejuízo de R\$7.569 (prejuízo de R\$3.404 em 2015) e não houve destinação de reservas ou dividendos.

c) Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:

	2016	2015
Patrimônio líquido	18.205	25.774
Adições:	10.282	12.776
(+) Gastos com aquisição de carteiras	10.282	12.713
(+) Obrigações legais (*)	-	63
Deduções:	(9.832)	(14.888)
(-) Despesas de comercialização diferida	(733)	(484)
(-) Despesas antecipadas	(1)	-
(-) Ativo intangível	(9.098)	(14.404)
Patrimônio mínimo ajustado	18.655	23.662
a) 0,20 média das contraprestações retidas dos últimos 12 meses	12.282	10.251
b) 0,33 média dos eventos/sinistros conhecidos ou avisados dos últimos 36 meses	8.496	6.064
Margem de solvência (maior entre (a) e (b))	12.282	10.251
Suficiência	6.373	13.411
% sobre patrimônio mínimo ajustado	34,16%	56,68%

(*) Conforme Instrução Normativa ANS nº 50/12, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

17. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com entidades do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed estão detalhadas a seguir: • O plano odontológico dos funcionários da controladora direta Unimed Seguros Saúde S.A. e controladora indireta é contratado com a Unimed Odonto S.A. A Receita de contraprestações no exercício totalizou o valor de R\$48 (R\$112 em 2015); • A Unimed Odonto S.A. paga para a sua controladora direta e indireta (Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A.) os custos pela utilização de estrutura administrativa compartilhada que em 31 de dezembro de 2016 totalizou o valor de R\$3.456 (R\$3.313 em 2015), registrada na rubrica de "Despesas administrativas" e débitos diversos a pagar de curto prazo; e • A Operadora paga para sua controladora prêmios de seguros saúde de seus funcionários no montante de R\$470 (R\$429 em 2015) e para sua controladora indireta (Unimed Seguradora S.A.) prêmios pela contratação de seguro de vida e plano de previdência complementar distribuído aos seus funcionários no montante de R\$64 (R\$70 em 2015). • **Saldos de balanço:**

	2016	2015
Passivo		
Débitos diversos		
Unimed Seguros Saúde S.A.	300	192
Unimed Seguradora S.A.	195	148
Total	495	340

	2016	2015
Receitas		
Contraprestações emitidas		
Federação Interestadual do Estado de Minas Gerais	41	36
Unimed Seguros Saúde S.A.	21	106
Unimed Seguradora S.A.	27	6
Total	89	148

	2016	2015
Despesas		
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal próprio		
Unimed Seguros Saúde S.A.	470	429
Unimed Seguradora S.A.	64	70
Despesas administrativas compartilhadas		
Unimed Seguros Saúde S.A.	1.777	1.720
Unimed Seguradora S.A.	1.679	1.593
Total	3.990	3.812

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2016	2015
a) Contraprestações emitidas líquidas:		
Contraprestações emitidas	72.806	56.939
Contraprestações canceladas/restituídas	(11.399)	(5.873)
PPNG	4	191
Total	61.411	51.257

b) Tributos diretos de operações com planos de assistência:

	2016	2015
COFINS	(1.216)	(1.099)
PIS	(198)	(179)
ISS	(1.276)	(1.089)
Total	(2.690)	(2.367)

c) Eventos indenizáveis liquidados:

	2016	2015
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(33.541)	(26.293)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	(1.089)	(403)
Subtotal	(34.630)	(26.696)
Glossas	2.254	1.775
Recuperação de eventos/sinistros	120	154
Subtotal	2.374	1.929
Total	(32.256)	(24.767)

i) Abertura dos eventos conhecidos ou avisados (-) recuperações de eventos:

	2016	2015
Planos individuais/familiares	Demais despesas	2016
Rede contratada	4.007	4.007
Total	4.007	4.007

	2016	2015
Planos coletivos empresariais		
Rede contratada	27.160	27.160
Total	27.160	27.160
Total de eventos (-) recuperação	31.167	31.167

	2016	2015
Planos individuais/familiares	Demais despesas	2015
Rede contratada	4.347	4.347
Total	4.347	4.347

	2016	2015
Planos coletivos empresariais		
Rede contratada	20.017	20.017
Total	20.017	20.017
Total de eventos (-) recuperação	24.364	24.364

d) Despesas de comercialização:

	2016	2015
Comissões sobre prêmios emitidos	(8.370)	(3.141)
Despesa com agenciamento	(1.362)	(898)
Varição das despesas de comercialização diferidas	249	327
Despesas com administração de apólices	(297)	(219)
Total	(9.780)	(3.931)

e) Outras receitas e despesas operacionais:

	2016	2015
Outras receitas operacionais não relacionadas com planos odontológicos	263	-
Despesas com encargos sociais	(869)	(559)
Outras despesas operacionais	(911)	(1.522)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.543)	(1.256)
Outras despesas operacionais não relacionadas com planos odontológicos	(100)	(14)
Total	(3.160)	(3.351)

f) Despesas administrativas:

	2016	2015
Despesas com pessoal	(9.568)	(9.881)
Serviços de terceiros	(3.597)	(3.474)
Localização e funcionamento	(8.744)	(8.076)
Despesa com publicidade e propaganda	(488)	(500)
Outras	(397)	(322)
Subtotal	(22.794)	(22.253)
Despesas com tributos:		
Taxas de saúde suplementar	(440)	(235)
Outros	(54)	(97)
Subtotal	(494)	(332)
Total	(23.288)	(22.585)

g) Receitas e despesas financeiras:

	2016	2015
Receitas		
Receitas com títulos privados	1.236	1.316
Valor justo	520	465
Disponível para venda	716	851
Receitas com títulos públicos	903	762
Valor justo	138	-
Disponível para venda	765	762
Receitas com fundos de investimento	205	21
Valor justo	205	21
Receitas financeiras com operações de assistência odontológica	39	39
Receitas com créditos tributários	126	212
Receitas financeiras com depósitos judiciais	-	1
Outras receitas financeiras	104	75
Subtotal	2.613	2.426
Despesas		
Despesa com títulos de renda fixa e variável	-	(55)
Valor justo - despesa título público	-	(55)
Despesa financeira com operações de assistência odontológica	(62)	(91)
Despesas financeiras com encargos sobre tributos	-	(22)
Encargos sobre provisões para contingências	(3)	(10)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)
Subtotal	(66)	(180)
Total	2.547	2.246

h) *Benefícios por término de contrato de trabalho:* A Unimed Odonto S.A. oferece plano de complementação de aposentadoria ou política de recolocação profissional e extensão do seguro-saúde por período de seis meses de forma discricionária. Os valores representaram no exercício:

	2016	2015
Extensão do plano de seguro saúde	10	-
Total	10	-

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Total	(7.337)	(3.526)	(7.337)	(3.526)

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes dos impostos sobre o resultado	(7.337)	(3.526)	(7.337)	(3.526)
Adições:				
Provisão para contingências	106	5	106	5
Provisão para risco de créditos	1.540	503	1.540	503
Brindes e patrocínio	48	151	48	151
Programa de participação no resultado	8	28	8	28
Outras	66	1	66	1
Base de cálculo:	(5.569)	(2.838)	(5.569)	(2.838)
Constituição (reversão) de créditos tributários sobre diferenças temporárias	(145)	76	(87)	46
Resultado imposto de renda e contribuição social diferido	(145)	76	(87)	46

20. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(7.569)	(3.404)
Ajustes para:		
Provisão de risco de crédito	1.543	1.255
Depreciação e amortização	6.793	5.600
Outros ajustes	-	2
Aplicações financeiras	(979)	(347)
Crédito de operações com planos de assistência odontológica	(2.733)	(166)
Créditos tributários e previdenciários	1.440	(314)
Bens e títulos a receber	(122)	(819)
Despesas diferidas	(249)	(448)
Despesas antecipadas	(1)	-
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	1.874	548
Débitos de operações de assistência à saúde	146	(93)
Tributos e contribuições a recolher	194	39
Débitos diversos	(292)	741
Provisões judiciais	106	5
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.294	2.599
Varição fluxo de caixa operacional	1.294	2.599

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Operadora não possui instrumentos financeiros derivativos.

DIRETORIA

Helton Freitas
Diretor-Presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Alexandre Augusto Ruschi Filho
Diretor

Mauri Aparecido Raphaeli
Diretor

ATUÁRIA

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MBA - 1118